

LEI N° 060
DE 15 DE DEZEMBRO DE 1.993.

DISPÕE SOBRE O VALOR VENAL DE
IMÓVEIS SITUADOS NO TERRITÓRIO
DO MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTÔNIO MÁRCIO RAGNI DE CASTRO LEITE, Prefeito Municipal de Ilha Comprida, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal em sua Sessão Ordinária realizada no dia 13 de Dezembro de 1993, aprovou, e ele sanciona e promulga a seguinte Lei :

Art.1º- O valor venal dos imóveis situados no Território do Município de Ilha Comprida, sujeitos à incidência dos Impostos Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, passam a ser fixados na conformidade com o disposto nesta Lei:

Art.2º- Fica criada a Unidade Venal Básica.

§.1º-A Unidade Venal Básica, criada unicamente para base de cálculo, representa o valor igual a 2,10 (dois virgula dez) UFIR, Unidade Fiscal de Referência do mês. O valor representado é igual ao custo metro do lote de menor incidência de IPTU.

§.2º-O valor venal dos imóveis será apurado mediante a multiplicação da Unidade Venal Básica pela área do imóvel, multiplicados pelos índices dos Benefícios que incidam sobre o mesmo.

§.3º-Os índices citados no parágrafo 1º deste artigo representam os benefícios existentes nos loteamentos, sua proximidade com o Centro Comercial e localização de lote de terreno em relação à Orla Marítima.

§.4º- Os benefícios que porventura existirem serão representados por índices variados, conforme preconiza o parágrafo anterior, assim fixados:

1.1-	Índice de Categoria.....	5,0
1.2-	Índice de Categoria.....	3,5
1.2.1-	Índice de Categoria.....	2,0
1.3-	Índice de Categoria.....	3,0
1.3.1-	Índice de Categoria.....	1,5
1.4-	Índice de Categoria.....	2,7
1.4.1-	Índice de Categoria.....	1,2
1.5-	Índice de Categoria.....	2,4
1.5.1-	Índice de Categoria.....	1,0
1.6-	Índice de Categoria.....	2,0
1.6.1-	Índice de Categoria.....	1,0
1.7-	Índice de Categoria.....	1,6
1.7.1-	Índice de Categoria.....	1,0
2.1-	Índice de Existência de Rede Elétrica.....	1,2
3.1-	Índice de Existência de Água Potável.....	1,2
4.1-	Índice de Proximidade.....	1,2
5.1-	Índice de Calçamento.....	1,2

§.5º- Os índices de categoria referem-se à distância dos imóveis da Orla Marítima, aliado à condição de acesso aos mesmos. Serão classificados em Categorias e Sub-Categorias, sendo diferenciadas pelo número 1, apostro no final de cada Categoria e representando a ausência de arruamento.

I- A classificação de Categorias obedecerá o seguinte critério:

- a) Categoria 1.1- Compreende a faixa de lotes de frente para o Oceano Atlântico.
- b) Categoria 1.2- Compreende a faixa de lotes a partir do término da Categoria 1.1, até uma distância 200 (duzentos) metros em direção ao Mar Pequeno.
- c) Categoria 1.2.1- Idêntica ao item anterior, com ausência de arruamento.

- d) Categoria 1.3- Compreende a faixa de lotes a partir do término da Categoria 1.2, até uma distância de 500 (quinhentos) metros em direção ao Mar Pequeno.
- e) Categoria 1.3.1- Idêntica ao item anterior, com ausência de arruamento.
- f) Categoria 1.4- Compreende a faixa de lotes a partir do término da Categoria 1.3, até uma distância de 1000 (mil) metros em direção ao Mar Pequeno.
- g) Categoria 1.4.1- Idêntica ao item anterior, com ausência de arruamento.
- h) Categoria 1.5- Compreende a faixa de lotes a partir do término da Categoria 1.4, até uma distância de 1500 (mil e quinhentos) metros em direção ao Mar Pequeno.
- i) Categoria 1.5.1- Idêntica ao item anterior, com ausência de arruamento.
- j) Categoria 1.6- Compreende a faixa de lotes a partir do término da Categoria 1.5, até uma distância de 2000 (dois mil) metros em direção ao Mar Pequeno.
- l) Categoria 1.6.1- Idêntica ao item anterior, com ausência de arruamento.
- m) Categoria 1.7- Compreende a faixa de lotes a partir do término da Categoria 1.6, até o final do loteamento.
- n) Categoria 1.7.1- Idêntica ao item anterior, com ausência de arruamento.

§.6º- O índice 4.1- proximidade- refere-se aos loteamentos situados a uma distância de no máximo 3,5 kms (três e meio quilômetros), do centro comercial (Boqueirão Norte).

Art.3º- O Valor Venal de Glebas de Terras Brutas, será apurado mediante a multiplicação da Unidade Venal Básica pelo índice 0,1 (zero vírgula hum), multiplicado pela área da Gleba de Terra Bruta.

PARÁGRAFO ÚNICO- O índice referente a Gleba de Terras Brutas, somente será utilizado em áreas maiores de 10.000 (dez mil) metros quadrados, ficando as áreas menores sujeitas ao cálculo idêntico ao de lotes de terrenos normais.

Art.4º- O Valor Venal de Áreas Construídas (Imposto Predial) será apurado pela multiplicação da Unidade Venal Básica pelo índice 5,00 (cinco), multiplicado pela área construída.

§.1º- Ao valor do Imposto Predial apurado, somar-se-á o do Imposto Territorial correspondente ao lote da construção.

§.2º- No caso da construção cobrir área de mais de um lote, deverá ser feita a unificação dos mesmos.

Art.5º- O Imposto Predial e Territorial Urbano será calculado mediante a aplicação da alíquota única de 5% (cinco por cento) sobre o Valor Venal do Imóvel.

Art.6º- Os impostos referidos nesta Lei serão lançados, para efeito de pagamento, na seguinte conformidade:

- I- pagamento integral, na data do vencimento com valor em cruzeiros reais, igual ao débito original.
- II- pagamento integral após o vencimento com valor corrigido pela Unidade Fiscal de Referência - UFIR.
- III- pagamento parcelado em até 12 (doze) prestações, corrigidas de acordo com a Unidade Fiscal de Referência -UFIR.

§.1º- No caso de extinção da Unidade Fiscal de Referência UFIR, será adotado para correção das parcelas o INPC -Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, ou qualquer outro que venha a ser fixado por Decreto do Executivo.

§.2º- Para o pagamento em parcela única do IPTU, será concedido um desconto de 20% (vinte por cento).

Art.7º- Terão direito a um desconto de 20% (vinte por cento), no Imposto Predial, os aposentados residentes no imóvel objeto do lançamento do tributo.

§.1º-Para usufruir do desconto concedido no “Caput” deste Artigo, os interessados deverão apresentar na Tesouraria da Prefeitura, quando do pagamento do imposto, os seguintes documentos:

- I- carnê de benefícios ou documento equivalente.
- II- carteira de identidade.
- III- conta de água ou de luz, do imóvel em nome do beneficiado ou atestado de residência passado pela Delegacia de Polícia local.

Art.8º- As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das verbas consignadas no Orçamento vigente e suplementadas se necessário.

Art.9º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo-se seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 1994.

Art.10- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA
EM 15 DE DEZEMBRO DE 1993

Antônio Márcio Ragni de Castro Leite
Prefeito Municipal